

**O ENIGMA DA ESFINGE: O PENSAMENTO POLÍTICO DE SAMUEL
BENCHIMOL E DJALMA BATISTA**

***EL ENIGMA DE LA ESFINGE: EL PENSAMIENTO POLÍTICO DE SAMUEL
BENCHIMOL Y DJALMA BATISTA***

***THE SPHINX'S ENIGMA: THE POLITICAL THOUGHT OF SAMUEL BENCHIMOL
AND DJALMA BATISTA***

Ricardo Lima da SILVA¹

Alex Sander Pereira RÉGIS²

Venâncio José Michiles MARINHO³

RESUMO: Nos anos de 1950 e 1960, vários intelectuais começaram a refletir acerca de caminhos eficazes para integrar a Amazônia ao Brasil. A região saía de um longo período de marasmo econômico e se tornava espaço de reprodução capitalista, com a implantação do projeto de desenvolvimento Operação Amazônia. O artigo visa compreender as ideias políticas de Djalma Batista e Samuel Benchimol, vozes ativas nos debates sobre os rumos a serem trilhados pela região. A partir de suas principais obras, procuramos sistematizar as reflexões sobre a função do Estado, integração regional/nacional e desenvolvimento, ideias-chave de seu pensamento. Tal pensamento, por sua vez, foi gerado pela necessidade das elites regionais de pôr fim à estagnação econômica da região após a Primeira Guerra Mundial; também foi uma forma de tentarem resolver a questão regional, tomando-a como um problema social e político que só seria resolvida com a integração social e econômica ao Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Pensamento Político. Amazônia. Desenvolvimento. Samuel Benchimol. Djalma Batista.

RESUMEN: *En los años 1950 y 1960, varios intelectuales comenzaron a reflexionar acerca de caminos eficaces para integrar la Amazonia a Brasil. La región salía de un largo período de paralización económica y se convertía en espacio de reproducción capitalista, con la implantación del proyecto de desarrollo Operación Amazonia. El artículo pretende comprender las ideas políticas de Djalma Batista y Samuel Benchimol, voces activas en los debates sobre los rumbos a ser trillados por la región. A partir de sus principales obras, procuramos sistematizar las reflexiones sobre la función del Estado, integración regional / nacional y desarrollo, ideas clave de su pensamiento. Tal pensamiento, a su vez, fue generado por la necesidad de las elites regionales de poner fin al estancamiento económico de la región después de la Primera Guerra Mundial; también fue una forma de intentar resolver la cuestión*

¹ Instituto Federal do Amazonas (IFAM), Manaus - AM - Brasil. Professor do Departamento de Sociologia. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6595-3799>. E-mail: ricardo.silva@ifam.edu.br

² Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Manaus - AM - Brasil. Mestre em Sociologia. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4423-404X>. E-mail: sanderbr.alex@gmail.com

³ Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Manaus - AM - Brasil. Mestre em Sociologia. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1585-7579>. E-mail: venancio_sa@hotmail.com

regional, tomando como un problema social y político que sólo se resolvería con la integración social y económica a Brasil.

PALABRAS CLAVE: *Pensamiento Político. Amazonia. Desarrollo. Samuel Benchimol. Djalma Batista.*

ABSTRACT: *In the decades of 1950 and 1960, several intellectuals began to reflect on what would be the most effective ways to integrate the Amazon to Brazil. At that time, the region was emerging of a long period of economic stagnation and became a space of capitalist reproduction during the military dictatorship with the establishment of the development project, Amazon Operation. The present article intends to analyze and understand the main political ideas of Djalma Batista e Samuel Benchimol, who had an active voice in the debates about the paths to be traced to the region. We seek to systematize the reflections of these authors about the function of State, national/regional integration and development, since they are key ideas in their thought. These thoughts were generated by the necessity of the regional elites to put an end to the economic stagnation after the First World War; it was also a way to try to solve the regional issue, facing it as a social and political problem that would only be solved with the social and economic integration to Brazil.*

KEYWORDS: *Political thought. Amazon. Development. Samuel Benchimol. Djalma Batista.*

Introdução

Quando a Amazônia entrou em estagnação depois de trinta e quatro anos de fausto econômico (1880-1914), ao perder a supremacia da exportação de borracha para o concorrente asiático, sua decadência não foi apenas econômica, mas social e política. O contínuo rebaixamento de capitais prejudicou sua densidade social, tornando as cidades cada vez menos populosas e pouco diferenciadas. Ao mesmo tempo, com uma elite perdendo poder, composta pela burocracia estatal, profissionais liberais e grandes seringalistas, sua capacidade de manobra e exigência de políticas de reparo por parte do governo federal tornavam-se reduzidas.

Esvaziada de seu capital econômico, social e político, a região parecia esquecida pela História. A ideia dominante que se tinha era de que, por suas grandes dimensões e natureza peculiar, a Amazônia seria incapaz de ser disciplinada pelo desenvolvimento econômico. Enquanto isso, a partir da década de trinta, o Estado Novo, liderado por Getúlio Vargas, colocava o Brasil na rota da industrialização - a região amazônica permaneceu à margem desses acontecimentos (RIBEIRO, 2015).

Na tentativa de combater essa concepção de que o vale não poderia ser desenvolvido economicamente e que o homem da região era impróprio ao trabalho, um grupo de intelectuais,

provindos da elite regional, passaram a estudar a problemática amazônica e atuar politicamente, são eles: Djalma Batista, Arthur César Ferreira Reis, Leandro Tocantins e Samuel Benchimol. O que pretendiam era apontar caminhos para a integração e para o desenvolvimento regional, tido por eles como imprescindível para o Brasil - a questão regional era, assim, um nexo importante para resolver a questão nacional (RIBEIRO, 2015).

A resolução dos descompassos regionais era apreendida como imperativo para o desenvolvimento nacional. Isto é, integrar a Amazônia, colocando-a dentro dos projetos de desenvolvimento, e assim transformar o Brasil numa grande potência. Contudo, é necessário frisar que este desenvolvimento econômico deveria ser feito sob a liderança das elites regionais, respeitando certos paradigmas culturais e sociais, preservando tanto o meio ambiente quanto os valores culturais, sob pena de que a desordem moral e social pudesse dominar a Amazônia.

Durante a década de quarenta e cinquenta estes intelectuais orbitavam em torno do nacional-desenvolvimentismo. Contudo, se decepcionaram com as medidas da República de pós-1945 e migraram para a modernização conservadora na década de cinquenta e sessenta, dada a atenção oferecida à Amazônia pelo governo autoritário. Foi assim que estes autores se posicionaram a favor da ditadura militar e da Operação Amazônia⁴, pois, o regime iniciado estava atendendo a demanda pelo desenvolvimento tão caro às elites regionais (SILVA, 2015).

Suas obras serviram não apenas como uma propaganda a favor das medidas arguidas pela modernização conservadora, mas também se tornaram uma crítica de alguns pressupostos do desenvolvimento como, por exemplo, o caos social causado pelo industrialismo, o êxodo rural, o esvaziamento do interior do Estado, o desaparecimento da cultura Amazônica e a devastação ambiental causada pela ação do homem. Portanto, a aproximação destes intelectuais com a ditadura militar não foi mecânica e nem incondicional. Apesar de terem participado dos debates políticos a respeito dos caminhos que a região deveria seguir, e de terem acesso às esferas de poder do regime, também teceram uma série de críticas às consequências imprevistas ao desenvolvimento capitalista.

Dentro deste contexto de meados do século XX, Djalma Batista e Samuel Benchimol, foram intelectuais que, como porta-vozes das elites regionais, procuravam, por meio das suas obras e da sua atuação política, influenciar os caminhos a serem traçados pela sociedade regional. Assim, ao fazer um estudo sobre as ideias destes autores, visamos compreender as

⁴ A Operação Amazônia foi uma série de grandes projetos de desenvolvimento econômico arguidos pela ditadura militar com o intuito de integrar a região ao capital internacional. Para saber mais ver em: IANNI, Octávio. Ditadura e Agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia (1964-1978). 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

raízes intelectuais de certas ideias que tiveram um lastro social e materializaram-se em políticas públicas, em ações institucionais ou, ainda, tiveram impacto na subjetividade coletiva regional. Em outras palavras, analisar a gênese intelectual sobre as formulações a respeito da região, que serviram como base para a legitimação de certo modelo de sociedade e concepção de desenvolvimento, é um caminho para compreender os caminhos que o trópico úmido trilhou até aqui.

Por isso, a centralidade do nosso estudo é a área do Pensamento Político, onde procuraremos explorar as ideias políticas e sociais destes autores: suas formulações sobre Poder, Estado, integração regional/nacional e desenvolvimento. Separaremos o principal do secundário destas formulações, usando a metodologia do estruturalismo genético de Lucien Goldmann (LOWY; NAIR, 2008), em seguida, mostraremos quais foram as condições históricas e sociais que tornaram possível essas ideias surgirem.

Primeiramente, interpretaremos as ideias do médico Djalma Batista, mostrando sua perspectiva a respeito da problemática regional e sua visão da Amazônia como uma *Esfinge* que deveria ter seus segredos desvendados por intelectuais, cientistas e pelo Estado brasileiro. Em seguida, analisaremos o pensamento do empresário e economista Samuel Benchimol e sua preocupação com um desenvolvimento que estivesse em consonância com a preservação do meio ambiente.

Djalma Batista e a Esfinge

Nascido em 1916 em Tarauacá e falecido em 1979 em Manaus, Batista começou sua carreira intelectual ainda nos anos quarenta, colaborando como escritor para vários jornais na capital amazonense, ao mesmo tempo em que exercia a medicina, sendo formado pela Universidade de Bahia, em 1938. A partir de uma formação humanista, procurou compreender e defender a Amazônia e suas populações. Exerceu diversos cargos de destaque nas esferas de poder no Amazonas, tendo presidido a Academia Amazonense de Letras. Foi vice-presidente do Conselho Estadual de Cultura (1968-1972), membro do Instituto Histórico e Geográfico do Amazonas e diretor do Instituto de Pesquisas da Amazônia (1959-1968), além de correspondente de vários periódicos científicos nacionais e internacionais.

Presenciou os desdobramentos do Estado Novo, a redemocratização e a crise do populismo, que redundou no golpe de 1964 e a emergência da ditadura civil militar. Viveu de forma intensa a transição autoritária, pois sofreu as consequências da vigilância ideológica

como intelectual que defendia a reforma agrária, a democratização do sistema educacional e a defesa da Amazônia contra ameaças externas (PINTO, 2008).

Em seus escritos, segundo Freitas Pinto (2007), manuseia os processos macro-históricos de média e longa duração usando a historiografia regional e nacional ao mesmo tempo em que domina a economia, a geografia, a sociologia e a crônica de viajantes. Suas maiores contribuições concentram-se na área da história das ideias, história das instituições, história econômica e, principalmente, na questão do processo de desenvolvimento/subdesenvolvimento da região amazônica. Suas formulações foram influenciadas pelos debates da época, do qual participou ativamente, sendo seu pensamento dominado por tendências nacionalistas e desenvolvimentistas.

Sua obra mais importante, tida como uma síntese de seu pensamento, é **O Complexo da Amazônia: análise do processo de desenvolvimento**, publicado originalmente em 1978, em que defende uma ação contundente do Estado nacional para o desenvolvimento da região. Sua preocupação era demonstrar toda a singularidade da Amazônia e provar que seu desenvolvimento e integração ao Brasil era indispensável à grandeza nacional. Contudo, o autor defende que só se poderia desenvolver todas as potencialidades regionais caso se efetuasse um estudo aprofundado sobre seu meio ambiente e sobre o povo da região. Para ele, o desenvolvimento não se resumia à esfera econômica, mas era um problema cultural e social. Por isso, Djalma preconizava investimentos maciços do Estado em ciência, tecnologia e cultura (BATISTA, 2008).

É preciso frisar que esse desenvolvimento e integração regional era algo que deveria ser guiado de cima para baixo, tendo as elites regionais como atores condutores do processo. Defendia que o progresso da civilização amazônica deveria ser efetuado da elite para o povo, mais especificamente de uma elite de homens esclarecidos através de uma sistemática divulgação do saber (BATISTA, 2008). Esse modo de perceber as elites é similar ao defendido por Arthur César Ferreira Reis, considerado como um líder informal destes intelectuais conservadores provindos da elite regional. Para Reis, as elites são responsáveis pela elaboração da nacionalidade, sendo os dirigentes políticos, econômicos e culturais das massas, diretamente responsáveis pelo seu aperfeiçoamento moral (RIBEIRO, 2015).

Batista, influenciado por Araújo Lima⁵, combatia a ideia de que o subdesenvolvimento da região amazônica não se devia a fatores como o clima, o isolamento espacial ou a uma

⁵ O livro **Amazônia: a terra e o homem**, do médico Araújo Lima, foi publicado em 1931, no qual procurava combater os estigmas que a região sofria: como um lugar avesso a projetos de modernização e uma população não

natureza avessa ao progresso. Para ele, a causa do subdesenvolvimento deveria ser encontrada na ordem social e cultural, onde os vários ciclos econômicos destruíram os recursos naturais amazônicos. Identifica como marca principal do nosso processo civilizatório a violência contra as populações tradicionais e a pequena - ou nula - importância que as elites deram aos direitos civis. O resultado disso foi uma sociedade amorfa, principalmente no interior, de condições aviltantes. A única forma de romper com esse ciclo vicioso seria criar mudanças na esfera cultural, oferecendo oportunidades a todos para romper definitivamente o ciclo de atraso (PINTO, 2008).

Efetou ainda um balanço crítico da Operação Amazônia, em especial da Zona Franca de Manaus, elogiando o desenvolvimento econômico e o retorno da relevância que a região estava tendo para o Brasil mas, ao mesmo tempo, criticou o esvaziamento do interior do Estado, o crescimento desordenado, a devastação ambiental, o aumento da criminalidade e a falta de conexão da ZFM em relação à região ao não usar nenhuma matéria prima regional (BATISTA, 2008).

Djalma Batista faz parte de uma geração de intelectuais que começaram sua trajetória em meados do século XX defendendo uma intervenção forte do Estado nacional para o desenvolvimento regional. O principal problema que cercava estes autores (Arthur César Ferreira Reis, Armando Mendes, Samuel Benchimol, Agnello Bittencourt) era a possibilidade de romper o ciclo de atraso econômico que assolava a região (RIBEIRO, 2015). Não foi sem razão que, segundo Oliveira (2001), apoiaram as medidas econômicas da ditadura para a Amazônia, sendo que suas obras serviram como instrumento para convencimento da sociedade civil nortenha para aceitação da Operação Amazônia. Silva (2014) classifica esses autores como uma “Geração Desenvolvimentista”, pois para eles a região era um problema social e político que seria resolvido via integração econômica, tendo o Estado nacional como protagonista. O apoio, embora crítico, às medidas de economia política da ditadura civil militar se devem ao fato de que o regime estava colocando a região na ordem do dia e propondo um modelo de desenvolvimento viável para resolver a questão amazônica, coisa que a República Pós-1945 e a Ditadura do Estado Novo não conseguiram resolver.

Decifrar a Amazônia significa vê-la como uma problemática não apenas do país, mas *para* o país. A questão regional e suas desigualdades econômicas e peculiaridades culturais e sociais são parte inseparável da questão nacional, pois são produzidas pelo processo de formação do Brasil. Batista defende que é preciso desvendar como se formam essas

afeita ao trabalho. A obra foi um divisor de águas na intelectualidade regional e influenciou todas as gerações de pensadores subsequentes.

desigualdades e quais consequências acarretam para cada uma das regiões do Brasil. O autor tinha a consciência sobre as dificuldades que a região enfrentava desde que foi integrada à nação, como um espaço distante e vasto, estigmatizado, e cuja complexidade o tornava de difícil ocupação pelo processo civilizatório. Assim, ele se coloca como uma espécie de “intelectual orgânico” da Amazônia, procurando demonstrar que as visões distorcidas e desfavoráveis a respeito dos povos amazônidas estavam distantes da realidade (PINTO, 2007). Era um pensador que via de forma crítica, e a partir da Amazônia, as potencialidades e contradições do processo de integração nacional.

Considerava que o momento no qual *Complexo da Amazônia* tinha sido escrito, final da década de setenta, era extremamente grave, pois estávamos modificando a região sem conhecer com rigor quais consequências isso poderia trazer. Por isso, defendia um *Programa de Ação* para a Amazônia com dois aspectos básicos: o desenvolvimento e a conservação (BATISTA, 2008). Combinava então duas dimensões que hoje são preponderantes nas discussões atuais: preservação ambiental com desenvolvimento social e econômico.

A concepção de Poder defendida por Djalma Batista está relacionada às suas concepções de integração nacional, da Amazônia como um problema brasileiro, do desenvolvimento e preservação. Para ele, estas eram as principais funções do governo federal no que tange à região. Além disso, apontava a necessidade de criar condições para a pesquisa científica apresentar saídas para a preservação dos recursos naturais e para seu aproveitamento racional. Suas concepções sobre desenvolvimento regional e sobre o papel da região para o desenvolvimento brasileiro tiveram uma grande repercussão no Amazonas, chegando a influenciar pesquisas acadêmicas, projetos de desenvolvimento e políticas públicas. Seu principal objetivo, bem como o de outros da sua geração, era mostrar como a região era viável ao desenvolvimento econômico, ao mesmo tempo em que era preciso compreender plenamente seu ecossistema para manipulá-lo. Desejava que o desenvolvimento fosse algo que atingisse todos os povos da Amazônia, por isso, tentou direcionar e apontar os defeitos da Operação Amazônia.

O Estrategismo de Samuel Benchimol

Seria absolutamente desnecessário registrar a importância da obra de Samuel Benchimol para se pensar o desenvolvimento regional e a integração da Amazônia à Nação não fosse ainda um notável desconhecimento de suas contribuições sobre o tema. Desconhecimento duplamente construído: pela localização geográfica e pela localização política em que se realizou sua

trajetória intelectual, fora dos espaços historicamente legitimados e consagrados, de onde, até recentemente, se forjavam os “estabelecidos” na configuração do cânone nacional de pensadores que “inventaram” a nação.

Samuel Benchimol (1923-2002) encerrou uma trajetória singular classificado como intelectual, amazonólogo, educador e empresário, teve formação em Direito e mestrado em economia e sociologia. Sua obra, vista em conjunto, tematiza o desenvolvimento amazônico, coloca-o em perspectiva em suas multidimensionalidades e multitemporalidades. Além disso, em seu pensamento reverbera a conversão dos debates e dos discursos sobre o desenvolvimento ao desenvolvimento sustentável; também acompanhou e tematizou a problemática e a institucionalização da questão ambiental no Brasil e no mundo. Em linhas gerais, essa problematização geral sobre as condições e as possibilidades do desenvolvimento representa o modo pelo qual apreendeu a questão regional em suas articulações econômicas e políticas com a nação.

Em seu livro **Amazônia: um pouco-antes e além-depois** (1977), registra que da década de 1940 a de 1970 suas preocupações intelectuais e políticas se direcionavam para “formulação de uma estratégia amazônica”, horizonte teórico e prático para o equacionamento dos “problemas regionais”:

[...] a minha missão não estaria cumprida sem que buscasse, através desta memória e de meus arquivos, lembrar, com humildade, episódios e eventos que pertencem, não singularmente a mim, mas, sobretudo, à geração a qual faço parte [...] que podem ainda servir e ser úteis para ajudar a decifrar o código genético da vocação da Amazônia, e, através dela, montar um modelo e formular uma estratégia de ação para o futuro (BENCHIMOL, 2010, p. 55).

A geração a qual Benchimol se refere vincula-se ao intra-grupo⁶, o mesmo ao qual pertencia Djalma Batista, com o qual estabelecia afinidades, trocas, compromissos e solidariedades, compartilhando formas de pensamento e visões de mundo. Para além das disputas internas ao intra-grupo, respiraram um “espírito de época” comum, tiveram desafios e reflexões que se encontravam, assim como uma experiência de classe específica e destinos políticos solidários.

Como desafio, compartilharam da “missão”, com ares de messianismo, de formular uma “estratégia para Amazônia” - enquanto “lideranças” intelectuais, políticas e empresariais - para solução de problemas regionais, cuja resolução fora retardada, e somente a partir das novas

⁶ A ideia de intra-grupo articula-se a noção de ‘geração’ em Mannheim (1976, p. 291). Benchimol cita como pertencentes à sua geração entre outros: Mário Ypiranga Monteiro, Agnelo Bittencourt, Djalma Batista, Adriano Menezes, Leandro Tocantins, cita também os ‘mestres’ Vivaldo Lima, Araújo Lima, Alfredo da Mata e Artur Reis.

gerações “esclarecidas” estava sendo atacada⁷; como experiência de classe específica, na medida em que a trajetória de parte expressiva dos “colegas” de sua geração pertencia à classe média e alta regional, alguns deles sofrendo a inflexão da crise do extrativismo em suas famílias ao mesmo tempo que buscavam se afirmar social, política e economicamente com as oportunidades oferecidas pelos processos de modernização em curso. Leandro Tocantins e Samuel Benchimol, por exemplo, se fizeram intelectuais organizadores da cultura e homens de ação na vida pública se deslocando das raízes sociais fincadas no extrativismo para o projeto de modernização conservadora operado a partir de 1964. Corroborando com o argumento de Ribeiro (2015) sobre Tocantins, Samuel Benchimol também contribuiu para realização das mudanças institucionais durante o ciclo desenvolvimentista e durante a modernização conservadora.

Como destino político, vinculado diretamente à experiência de classe acima mencionada, Benchimol fora intelectual e politicamente solidário à administração Estadual de Arthur Reis num contexto de “governo revolucionário” pós-1964. Juntamente com o mestre, amigo, visualiza nas condições de um regime autoritário as condições políticas e econômicas para a integração efetiva da região via Estado demiurgo.

Sobre o contexto de preocupações comuns, parece importante registrar que sua tese⁸ é marcada por duas preocupações específicas: uma de ordem internacional e outra de ordem regional. De um lado, as que remetem às condições de crise do capitalismo, estando o espectro do *crack* de 1929 inquietando o pensamento econômico da época em que se debatia a respeito da criação de instrumentos anticíclicos para combater a instabilidade econômica e, de outro, as que se associam imediatamente ao imaginário da decadência amazônica após o *boom* da borracha, que deixou como legado uma recessão econômica que até então se fazia sentir, remetendo aos momentos difíceis que o autor enfrentou na infância quando sua família empobrecera rapidamente em função do debacle da borracha. Nesse horizonte de crises internas e externas, a política estabilizadora, incluindo o planejamento da atividade econômica, via atuação do Estado, se apresenta como solução para os chamados “períodos conjunturais” e vai reaparecer nas reflexões do autor em trabalhos posteriores, até porque a “redenção da

⁷ Em seu discurso **O Bacharel no Brasil** ele detalha a singularidade de sua geração: “formados já no pós-guerra, que viveram, que lutaram e que estudaram nesse período de inquietação universal folheando os livros e assistindo as aulas nas folgas de agitação das ruas, das memoráveis campanhas cívicas, dos comícios, da caserna, cumprindo deveres militares para com a Pátria” (BENCHIMOL, 1946).

⁸ Defendida em 1954, intitulada **Ciclo de negócios & Estabilidade econômica - Contribuição ao Estudo da Conjuntura**.

Amazônia” iria ter início efetivo apenas na década de 1960. *Estado, Planejamento e Integração Nacional* são termos constitutivos de sua “estratégia para Amazônia”.

Eram sujeitos de uma elite política, intelectual e econômica da região, que lutavam por seus interesses e afirmavam seus projetos e representações sobre a “questão amazônica” em uma região economicamente esterilizada e politicamente desvalorizada. Como pertencente a essa elite é que Benchimol irá atuar no contexto político imediatamente pós-1964, analisando e percebendo positivamente – tal como o fez Leandro Tocantins – a atuação do Estado via “governo revolucionário” de Arthur Reis, no Estado do Amazonas. Se a reflexão e a ação política de Benchimol não é um epifenômeno de filiação de classe, todavia, se inscreve e se articula política e ideologicamente nos horizontes de atuação de uma geração que buscava defender, valorizar e desenvolver a Amazônia segundo seus pontos de vista, com seus valores e interesses explicitados em suas narrativas sobre a superação dos problemas regionais. Daí a tese de que, no plano mais racional, duas expressões, “desenvolvimento regional” e “integração nacional”, “não eram apenas fragmentos da justificção da ação militar na Amazônia. Eram vontades coletivas de grupos e de classes que atravessavam gerações desde a *debâcle* da borracha” (BENCHIMOL, 1997, p. 31), por isso o “entusiasmo” com a implantação da Zona Franca de Manaus, que representava a esperança comum de uma geração de elites regionais em franca maturidade política econômica.

A efetivação das vontades coletivas dos setores da elite regional expressava articulações entre a questão regional e a questão nacional, acenando para recomposições de classes e arranjos de poder que vieram a se consolidar entre o fim do *boom* e a implantação da Zona Franca de Manaus. Se a história do pensamento social e político brasileiro está atravessada pelo fascínio da questão nacional, posta como desafio, obsessão, impasse ou incidente (IANNI, 1992), com as diversidades regionais convertidas em questões regionais não será diferente. Em outra escala, a “questão amazônica” adquire centralidade na reflexão intelectual e debate político na Amazônia; expressa e se articula especialmente entre a década de 1940 e 1970 com os anseios e perspectivas de modernização, urbanização e industrialização, tidos como vetores do desenvolvimento amazônico e condição, de um lado, para superação e, de outro, para tirar a Amazônia do isolamento e garantir a superação do subdesenvolvimento, componentes que se articulam nos escritos de Benchimol (2010) e Batista (2008).

O equacionamento da questão regional representada pela “questão amazônica” envolve, além da “necessidade brasileira de expansão de suas fronteiras” um triplo movimento que integra no discurso e na prática: 1) A superação da estagnação econômica da região como projeto de “redenção” política e econômica das elites regionais e classes dirigentes

empobrecidas após o *boom* da borracha; 2) Produção de uma consciência política nacional que desse visibilidade para a região; 3) Construção de uma política cultural e científica que se distanciasse da literatura, rumo ao fortalecimento e criação de instituições que produzissem conhecimentos, teorias e técnicas adaptadas para o entendimento e solução dos problemas regionais. A defesa do modelo Zona Franca, seu projeto geopolítico de reorganização do espaço amazônico e sua proposta científica de uma *Oikopolítica* para Amazônia, constituem, respectivamente, sua inserção nesse triplo movimento.

Em Política e estratégia na Grande Amazônia Brasileira (1968) e Processos de Integração da Amazônia (1997), Benchimol elabora uma síntese dos vários momentos de integração da Amazônia ao Brasil, ou melhor, das tentativas do Estado de integrá-la ao espaço econômico brasileiro, para diagnosticar os “erros e acertos” dessas experiências. No primeiro texto, parte do pressuposto de que apenas “uma política consistente e uma estratégia objetiva para o desenvolvimento da Amazônia” irá abreviar os “dias de pobreza e isolamento”, aproximando a região da “hora da integração” (BECHIMOL, 1968, p. 4). Da colônia à República, terminando com o “governo revolucionário” de 1964, registra as 7 tentativas do Estado de integrar a região ao espaço econômico da nação. Quem assume o protagonismo nesse processo é o “governo federal”, o agente externo e “*primum mobile*” da integração e desenvolvimento, cabendo àquele apenas ser motivado “para aceitar e desejar as opções que o desenvolvimento exige” (BENCHIMOL, 1968, p. 5).

No segundo texto retoma e atualiza a trajetória dessa intervenção do governo federal na região até a década de 1990. Trata-se da história institucional da integração da Amazônia através das ações do poder do Estado. Nessa narrativa, o desenvolvimento amazônico emerge como resultado dos momentos específicos de intervenções planejadas do governo federal, com o intuito de integrar a região. Daí a ênfase nas metamorfoses institucionais de bancos, superintendências, agências e planos de desenvolvimento que tiveram papel decisivo para a integração nacional, na medida em que permitiram a ampliação demográfica e a saída da região do isolamento via processos migratórios, frentes de expansão econômica (agrícola, pecuária, industrial, mineral), abertura de estradas, projetos de colonização, grandes projetos hidrelétricos e de mineração que teriam tido função de *foco de apelo e atração* (BENCHIMOL, 2009).

Por fim, cabe registrar o papel das elites nesse processo de integração e desenvolvimento. Em conferência no ano de 1964⁹, ao elencar as variáveis indispensáveis ao processo de desenvolvimento, destaca que é importante “Criar, no seio do povo, a mística da

⁹ Conferência intitulada *Política e Economia para o Desenvolvimento* pronunciada no seminário **Política, Direito e Economia para o Desenvolvimento**, realizado na Faculdade de Direito do Amazonas em 5/10/1964.

melhora e da mudança, não em troca de uma promessa vã de satisfação gratuita, mas em contrapartida do labor e do estímulo” (BENCHIMOL, 1964). Registra que as elites empresariais, universitárias, administrativas e políticas são as principais responsáveis que vão dar “operacionalidade”, “impulso” e “continuidade” aos programas de desenvolvimento, pois muitas desses programas teriam falhado no passado precisamente pelo “subdesenvolvimento das elites”. Como componente das teorias da modernização e subdesenvolvimento da época, elites subdesenvolvidas correspondem a fatores de “atraso” e “resistência” (AGUIAR, 1967). Tal percepção sobre o papel e a centralidade das elites no desenvolvimento regional se coaduna com um “mestre” de sua geração, Agnelo Bittencourt (2001) que partia do postulado de que sem elites responsáveis e capazes o desenvolvimento se torna difícil ou impossível.

Benchimol tende a se orientar por uma perspectiva (IANNI, 2011) que concebe a multidão não como povo, o que supõe sua possibilidade de organização, mas, sobretudo como massa, indicando que esta depende de instituições, regras e meios para organizar-se e manifestar-se nos limites da ordem, por isso depende da elite.

Embora problematize e critique as intervenções federais, sua centralização e sua falta de sensibilidade com a diversidade socioeconômica regional, parece contraditoriamente esperar do mesmo interventor externo as condições e as possibilidades do desenvolvimento regional e da solução da “questão amazônica”, cabendo em escala regional um protagonismo operacional das elites administrativas, intelectuais, políticas e econômicas modernas, em contraponto às elites atrasadas com mentalidade extrativista, da qual fizera parte uma fração dos patriarcas dos colegas e mestres de sua geração. A “estratégia amazônica”, portanto, tem nos projetos federais de desenvolvimento da Amazônia, independente da forma de governo, no “desejo” de desenvolvimento pelo povo e na capacidade operacional das elites regionais, o ponto de coordenada para: 1) integração definitiva da Amazônia ao Brasil pela dinamização econômica e ocupação/defesa das fronteiras, assegurando soberania brasileira sobre a área; 2) superação da miséria social, esterilidade econômica e ignorância cultural constitutivas dos problemas regionais e do subdesenvolvimento em sua perspectiva.

Considerações Finais

As principais reflexões da presente análise sobre o pensamento político e social de Samuel Benchimol e Djalma Batista se assentam, especialmente, em seus escritos da década de 1970, **Amazônia: um pouco-antes e além-depois** (1978) e **O complexo da Amazônia** (1977),

escritos na época do regime militar. São obras que buscam apanhar em suas reflexões os nexos entre a questão nacional e a questão regional. A primeira se firmava através da atuação de um Estado forte que tomava a Amazônia como espaço para exercitar a economia política da reprodução capitalista, identificada como o modelo de desenvolvimento associado. A segunda se firmava pela chegada ao poder de um grupo político e intelectual que via nas condições de um regime político conservador e autoritário a saída para o desenvolvimento regional.

A posição de ambos diante da economia política da ditadura não foi de alinhamento incondicional, pois implicou um posicionamento estratégico, aproveitando a oportunidade para viabilizar uma “estratégia amazônica” com vistas a dinamizar economicamente a região. A Operação Amazônia foi objeto de problematização, ora percebida positivamente pelos efeitos do crescimento econômico, ora negativamente, pelo crescimento desordenado das cidades e esvaziamento do interior que produzia.

É precisamente no bojo do balanço dessas intervenções do governo federal na região que nasce de forma sistematizada a *Questão Amazônica*. Benchimol e Batista percebem a gravidade da conjuntura que cercava o Trópico Úmido, traduzida na preocupação comum com uma intervenção federal acelerada que desconhece a complexidade da região e não tem sensibilidade para com as peculiaridades dos desejos e necessidades das sociedades amazônicas. Acreditavam igualmente no desenvolvimento integral da Amazônia ancorado no conhecimento científico, condição para conhecer sua complexidade e manipulá-la em prol da geração de riquezas. As concepções de **O Complexo da Amazônia**, de Djalma Batista, **Oikopolítica para Amazônia**, de Samuel Benchimol, e **Amazonotropologia**, de Leandro Tocantins, nascem dessa ambição de raiz iluminista, que procura decifrar e intervir na região projetando cenários e perspectivas para florescimento da modernidade.

Quanto ao papel do Estado nesse processo, tanto Benchimol quanto Batista, em diferentes gradações, reconhecem e defendem sua centralidade como agente do desenvolvimento regional, via ações de integração econômica e valorização política. Em seus escritos, mapeiam e sistematizam tais iniciativas no tempo e no espaço. Vale dizer que os autores não teorizam ou conceituam diretamente o Estado, que aparece em boa medida naturalizado, em um enfoque que o próprio Estado produz de si: como entidade que deveria produzir e defender o bem-estar e interesse da coletividade, destinado a ser neutro e mediador de conflitos entre diferentes interesses. Não problematizando os mecanismos que produzem desigualdades estruturais de distribuição e legitimação de poder, tendem a se aproximar da perspectiva do Estado como aquele que pode assumir “um ponto de vista sobre todos os pontos de vista”, que na perspectiva de Pierre Bourdieu (2012) seria uma visão de Estado como um

quase Deus, típico da tradição teórica clássica, fundada numa sociologia espontânea do Estado, se aproximando da ciência administrativa, uma ideologia do serviço público e do bem público.

Além do Estado como principal agente da integração, cabe às elites regionais modernas um lugar importante na condução desse processo, complemento indispensável para o sucesso da ação externa. Por outro lado, em ambos os autores, as elites regionais extrativistas, representantes de uma mentalidade atrasada e antimoderna, aparecem como fator de bloqueio ou entrave às condições favoráveis para superação do subdesenvolvimento. Benchimol tematiza o subdesenvolvimento das elites e do povo, déficits que poderiam ser balanceados pela atuação do empresariado como representante de uma elite regional moderna; e Batista, de forma mais contundente, registra o descaso destas para com os direitos civis das populações regionais, embora também reconheça seu lugar para melhor esclarecer e equacionar os problemas regionais.

A relação entre Estado Demiurgo e atuação das elites regionais constitui matriz discursiva e prática política, que orienta o equacionamento da “questão amazônica” no contexto do regime militar, indicando uma postura reformista da parte de Benchimol e Batista diante das condições e possibilidades para colocar em marcha uma “estratégia amazônica” de desenvolvimento regional.

Benchimol e Batista, atuando dentro e contra - o primeiro mais dentro que contra - o regime militar foram os fidedignos intérpretes dos “problemas regionais” na década de 1970, influenciando a opinião pública, orientando políticas e legitimando os contornos gerais de uma política desenvolvimentista para região.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Djalma. **Amazônia**: Cultura e Sociedade. Manaus: Editora Valer, 2003.

BATISTA, Djalma. **O complexo da Amazônia**: análise do processo de desenvolvimento. Manaus: Editora Valer, 2007.

BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia**: um pouco-antes e além-depois. Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**: Curso no College de France. São Paulo: Companhia das Letras, 2012

HOLLANDA, Cristina Buarque de. **Teoria das elites**. São Paulo: Editora Zahar, 2011.

LOWY, Michel; NAIR, Sami. **Lucien Goldmann: ou a dialética da totalidade**. São Paulo, Boitempo, 2008.

PINTO, Renan Freitas. Djalma Batista: artigos de jornal. *In*: BASTOS, Elide Rugai; PINTO, Renan Freitas (Orgs.). **Vozes da Amazônia: investigações sobre o pensamento social brasileiro**. Manaus: EDUA, 2007.

PINTO, Renan Freitas. **Viagem das Ideias**. Manaus: Editora Valer, 2008.

PINTO, Luiz de Aguiar Costa; BAZZANELLA, Waldemiro. **Teoria do desenvolvimento**. São Paulo: Editora Zahar, 1967.

IANNI, Octavio. **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

IANNI, Octavio. **Ditadura e Agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia (1964-1978)**. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

IANNI, Octavio. **A ideia de Brasil moderno**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.

IANNI, Octavio. **A Sociologia e o mundo moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

RIBEIRO, Odenei de Souza. **Tradição e modernidade no pensamento de Leandro Tocantins**. Manaus: Editora Valer, 2015.

SILVA, Ricardo Lima da. **Os Mandarins Amazonenses: as representações da intelectualidade local sobre zona franca de Manaus e globalização**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014.

SILVA, Ricardo Lima da. **Interpretações da Amazônia: O pensamento conservador em André Vidal de Araújo e Leandro Tocantins**. **39º Encontro Anual da ANPOCS**, Caxambu, 2015.

Como referenciar este artigo

SILVA, Ricardo Lima da; RÉGIS, Alex Sander Pereira; MARINHO, Venâncio José Michiles. Título. **Rev. Sem Aspas**, Araraquara, v. 8, n. 1, p. 30-44, jan./jun. 2019. e-ISSN: 2358-4238. DOI: 10.29373/sas.v8i1.12601.

Submetido em: 31/05/2019

Aprovado em: 12/06/2019